

ESTUDOS INTERDISCIPLINARES: profissionalização, ensino, ofício, saberes

Ercy Xavier de Melo

Mestre em Educação: formação docente para a Educação Básica, pela Universidade de Uberaba;
Bacharel em Enfermagem; Enfermeira na Universidade Federal de Uberlândia.

ercyx@yahoo.com.br

Tiago Zanqueta de Souza

Doutor em Educação; Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Mestrado Profissional em Educação: formação docente para a Educação Básica, UNIUBE; membro do Grupo de Estudos Educação na Diversidade para a Cidadania; do Grupo de Pesquisa em Formação Docente, Direito de Aprender e Práticas Pedagógicas; do Grupo de Pesquisa em Práticas Sociais e Processos Educativos (UFSCar) e da Rede de Pesquisadores sobre Professores(as) da Região Centro-Oeste.

tiago.zanqueta@uniube.br

Resumo

O presente artigo tem por objeto o estudo do processo de profissionalização do ensino, por meio do reconhecimento da educação como ferramenta de mudança da realidade e da necessidade de formação dos professores a partir de um enfoque interdisciplinar, especialmente vinculado ao atendimento de primeiros socorros nas escolas. Tal análise se deu a partir de uma investigação qualitativa, descritiva e interpretativa, baseada na revisão literária de obras elaboradas por autores reconhecidos na área das práticas educativas. A pesquisa procurou demonstrar de que forma o pensamento pedagógico e o desenvolvimento de ferramentas de ensino interdisciplinares contribui para a formação dos docentes e para a melhoria da educação. Concluiu-se que, embora os processos educacionais tenham passado por uma grande evolução, a análise e o aperfeiçoamento dos saberes inerentes ao exercício docente podem representar um enorme passo na utilização da educação como instrumento de transformação social.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas. Saberes docentes. Melhorias na educação. Interdisciplinaridade.

Abstract

The purpose of this article is to study the professionalization process of teaching through the recognition of education as a tool to change reality and the need for teacher training from an interdisciplinary approach, especially linked to first aid in schools. This analysis was based on a qualitative, descriptive and interpretative research, based on the literary revision of works written by recognized authors in the area of educational practices. The research sought to demonstrate how pedagogical thinking and the development of interdisciplinary teaching tools contributes to the education of teachers and to the improvement of education. It was concluded that, although educational processes have undergone great evolution, the analysis and improvement of the knowledge inherent in the teaching exercise can represent a huge step in the use of education as an instrument of social transformation.

Keywords: *Pedagogical practices. Teacher knowledge. Improvements in education. Interdisciplinarity.*

Introdução

Os conceitos que permeiam o ensino e as práticas pedagógicas vêm, com o passar do tempo, sofrendo diversas transformações, assim como a própria sociedade. A concepção da educação enquanto ferramenta de desenvolvimento se mostra de grande influência na criação e aperfeiçoamento de práticas educativas, cada vez mais voltadas para a mudança dos cenários social, econômico, político e tecnológico, uma vez que o saber profissional docente é necessário para que o ofício seja uma ferramenta de transformação efetiva.

A análise dos saberes que envolvem a prática docente deve englobar aspectos como os conhecimentos e a formação necessários aos professores para que possam ensinar, e a importância da abordagem interdisciplinar neste processo. O educador deve ter uma formação específica voltada ao desenvolvimento de habilidades e competências inerentes ao ensino de qualidade, e isso se dá a partir do reconhecimento do seu papel na aprendizagem do aluno.

A profissionalização do ensino tem sido objeto de pesquisa de estudiosos da

área de educação, e engloba a análise da postura do professor, a estrutura curricular, a concepção de conhecimento, as metodologias e práticas pedagógicas, os reflexos da relação professor-aluno, a interdisciplinaridade, entre outros aspectos.

A interdisciplinaridade na educação baseia-se em um movimento marcado pela própria natureza ambígua e mutante do processo de aprendizagem, em que é necessária a contextualização e o reconhecimento do tempo e do espaço em que se dá este aprendizado. Sendo assim, a didática interdisciplinar busca analisar determinado acontecimento sob várias perspectivas, questionando conceitos pré-determinados e investigando as concepções clássicas que envolvem o saber docente (FAZENDA, 2015).

A realidade da educação brasileira nos dias atuais torna necessária uma educação que se comporte como um vetor de mudança social, que reconheça a existência de linguagens plurais e contribua para a formação profissional do educador. Este processo deve ser pautado pela reflexão quanto ao papel e ao objetivo da prática de ensinar, que são intrínsecas à profissão.

Algumas concepções equivocadas contribuíram para que o ensino fosse, por muito tempo, relacionado exclusivamente ao conhecimento do conteúdo, ao bom-senso, a experiência, a intuição, ao talento ou a cultura, em detrimento das habilidades específicas e formais que envolvem o saber docente. Desta forma, a profissionalização do ensino passou por um processo de superação de dois desafios: o do ofício sem saberes e o dos saberes sem ofício (GAUTHIER, 1998).

Não basta, portanto, que o professor conheça o conteúdo para transmiti-lo aos alunos, pois ensinar não é a simples transferência de saberes. São necessárias habilidades e saberes específicos sobre a disciplina, além de planejamento, organização, capacidade de avaliação e de gestão da sala de aula (GAUTHIER, 1998).

Ainda de acordo com Gauthier (1998) não é correto, da mesma forma, admitir que o ensino esteja vinculado ao talento, pois apesar de ser indispensável em qualquer profissão, essa ideia passa a impressão errônea de que não são necessários esforço e suporte específico para o sucesso no ofício.

A concepção da docência como “vocação” ou “missão” contribuiu ainda para que a docência não fosse considerada uma categoria profissional, dificultando tanto

seu processo de especialização quanto a conquista de direitos pela classe, como salários dignos e o reconhecimento de sua importância na evolução das práticas pedagógicas.

Além disso, a formação superior dos docentes é marcada, frequentemente, pela predominância de estudos teóricos, em detrimento do ensino das práticas didáticas que são necessárias ao exercício do ofício dentro da sala de aula. O contato com estas práticas ainda no período de formação inicial tem papel fundamental no processo de profissionalização do professor, pois servem como base para o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficientes pelos educadores.

O ensino é uma prática social, e, como tal, demanda uma atuação pautada pela interdisciplinaridade entre o currículo e a sociedade, desde o desenvolvimento da metodologia até as formas de avaliação. Para isso, é necessário primeiramente que os alunos sejam reconhecidos enquanto sujeitos com identidade própria e singular, e que a educação seja vista como uma ferramenta de autonomia e emancipação do indivíduo (FREIRE, 1996).

Depois de formados, os professores enfrentam os mais diversos desafios em sala de aula. Um dos maiores é ser instrumento de uma educação que possibilite aos alunos uma visão crítica e consciência coletiva. Seu papel no processo de construção de saberes necessita, além do investimento pessoal, de incentivos e comprometimento em todas as etapas do processo de formação.

Ensinar a ensinar não é, portanto, um mecanismo simples que não requer estratégias e planejamento. Pelo contrário, trata-se de um processo que necessita de capacitação e da construção de um sistema educacional amplo, heterogêneo e independente, que estimule a construção cognitiva e cultural de forma didática e a partir de métodos de avaliação e práticas pedagógicas transformadoras e interdisciplinares.

Portanto o que se busca também é inserir nas escolas processos educativos e saberes de professoras/es da educação básica, o atendimento básico de primeiros socorros. Já se sabe que são realizados por elas e auxilia na prevenção de acidentes e fatalidades e no cuidado com a saúde e com o bem-estar das crianças e jovens no ambiente escolar da educação básica complementando a interdisciplinaridade.

O processo de formação de todas as profissões envolve saberes específicos e formais, assim como também ocorre com a educação. Assim, pretende-se, com este estudo, contribuir com o processo de reflexão sobre a importância das práticas educativas e da profissionalização do ensino docente, como forma de melhoria da educação em si a partir da formação dos professores, especialmente voltadas para o atendimento de primeiros socorros no ambiente escolar.

Metodologia

Trata-se de uma investigação baseada na revisão de literatura de obras elaboradas por autores reconhecidos na área das práticas educativas. A revisão de literatura foi realizada nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde, por meio das palavras chaves: Práticas Pedagógicas, Saberes docentes e Melhorias na Educação. Após o levantamento, foi realizada a leitura dos textos e selecionados aqueles elaborados por autores na área das práticas educativas.

Foi elaborado, deste modo, um estudo descritivo-qualitativo, a partir da utilização do referencial teórico e metodológico pesquisado. Trata-se, assim, de uma pesquisa que busca analisar determinadas características que podem ser definidas como a ação exploratória que propicia a compreensão de um problema (PADILHA; BORENSTEIN, 2006).

Resultados e discussão

As práticas pedagógicas baseadas na interdisciplinaridade têm como principal objetivo a promoção de uma escola que participe de forma decisiva na formação dos indivíduos enquanto sujeitos sociais. Para isto, a educação é vista em uma perspectiva global, considerando as particularidades e vivências dos alunos, do professor e da sociedade de forma ampla, a fim de realizar um trabalho coletivo na construção da escola (GADOTTI, 1999).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, houve a normatização da formação docente pelo Conselho Federal de Educação, e como consequência diversas ações foram tomadas, como a obrigatoriedade dos professores que ministravam aulas cursarem um ano de licenciatura ou pedagogia

para continuar dando aula de disciplinas para as quais não tinham formação específica (BRASIL, 1996).

Diversos debates, encontros e pesquisas foram realizados nos anos seguintes, que levaram a edição de normas e diretrizes a fim de formar educadores preparados para promover a “busca pela liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 13.005/2014 estabeleceu vinte metas e estratégias para a melhoria da educação no país, reforçando o papel da Pedagogia e da formação dos professores para o alcance deste objetivo, e propondo uma formação integral, com integração entre teoria e prática, em diversas áreas de conhecimento. A finalidade destes documentos é a criação de uma educação mais orgânica, que proporcione qualidade do ensino e conseqüentemente a valorização do professor (BRASIL, 2014).

Novas Diretrizes Nacionais Curriculares foram aprovadas em 2015, com disposições sobre a formação inicial e continuada de professores. Embora muitos autores sejam críticos da falta de normas concretas sobre a qualidade da educação para além de enunciados programáticos, conforme Dourado (2015), os docentes têm um papel de grande relevância na construção de sujeitos pensantes, capazes de decidir por conta própria e não apenas absorver os ideais sociais, políticos, econômicos e religiosos transmitidos pelos professores.

Tardif (2000, p. 6) afirma que “em sua prática, os profissionais devem se apoiar em conhecimentos especializados e formalizados, [...] incluindo, evidentemente, as ciências naturais e aplicadas, mas também as ciências sociais e humanas, assim como as ciências da educação”.

Assim, percebe-se a importância do enfoque interdisciplinar na formação do professor, pois há o reconhecimento da relação entre as disciplinas e sua finalidade, que são a base para a construção de um projeto educacional amplo. Conforme Gadotti (1999), “um projeto de educação interdisciplinar deverá ser marcado por uma visão geral da educação, num sentido progressista e libertador. A interdisciplinaridade deve ser entendida como conceito correlato ao de autonomia intelectual e moral”.

Os processos pedagógicos utilizados na relação de ensino-aprendizagem, desde

a fase de formação, devem considerar os indivíduos a partir de uma multiplicidade de valores. A educação necessita, cada vez mais, considerar as pessoas em sua totalidade, levando em conta também as competências socioemocionais, as características do ser humano e o contexto em que vive.

Nesse sentido, “a identidade do professor é construída no decorrer do exercício da sua profissão, porém, é durante a formação inicial que são sedimentados os pressupostos e as diretrizes presentes no curso formador, decisivos na construção da identidade docente” (BARREIRO; GEBRAN, 2006).

De acordo com Luckesi (2002), as escolas devem incentivar a adoção e utilização de práticas pedagógicas construtivas e investir na qualidade do ensino, a partir da eficiência dos modelos de planejamento e avaliação. Tais instrumentos são considerados imprescindíveis para o educador, na medida em que ambos são instrumentos de aperfeiçoamento do método educativo e o planejamento do ensino serve para orientar a prática pedagógica.

Ainda nessa acepção, Hoffmann (2003) ensina que a melhoria da aprendizagem depende da mudança de paradigmas que levem à substituição da ênfase no ensinar para a ênfase no aprender. Para isto, deve-se buscar a adaptação de todo o sistema escolar, como currículo, gestão da sala de aula, atividades aplicadas e avaliações, a fim de que todos os elementos contribuam para a produção efetiva de conhecimento.

Na medida em que a observação e a investigação são as mais eficientes ferramentas no desenvolvimento da educação, cabe ao educador adaptar sua própria perspectiva pedagógica, a fim de manter um processo de aprendizagem dinâmico e uma metodologia de avaliação mediadora. A avaliação mediadora é, portanto, uma forma de entender o aluno, conhecê-lo melhor, que demanda atenção e engajamento do educador.

Para a autora, trata-se de “entender suas falas, seus argumentos, teimando em conversar com ele em todos os momentos, ouvindo todas as suas perguntas, fazendo-lhe novas e desafiadoras questões, na busca de alternativas para uma ação educativa” (HOFFMAN, 2003).

Para Gauthier (1998), para o exercício da função docente é necessário um repositório de saberes, formado pelo saber disciplinar, o saber curricular, o saber das

ciências da educação, o saber da tradição pedagógica, o saber experiencial e o saber da ação pedagógica, e cada um deles tem enorme relevância no processo de ensino e aprendizagem.

O saber disciplinar diz respeito ao conhecimento produzido por pesquisadores e cientistas, que é extraído pelos professores para ensinar; o saber curricular corresponde ao programa que serve como guia para o planejamento e a avaliação das aulas; o saber das ciências da educação são os saberes relacionados à forma como o professor atua profissionalmente; o saber da tradição pedagógica é referente à habilidade de dar aula; o saber experiencial tem relação com as experiências individuais e privadas do professor, que também interferem em sua forma de ensinar; e o saber da ação pedagógica diz respeito às atividades e pesquisas realizadas em sala de aula (GAUTHIER, 1998).

Segundo Gadotti (1999), as propostas pedagógicas interdisciplinares são pautadas por cinco princípios, quais sejam: a noção de tempo, que determina que o aluno aprende a todo momento e não apenas na sala de aula; a crença de que o aluno deve aprender a estudar e a adquirir conhecimento por conta própria; a visão do conhecimento como uma totalidade, formada por partes; o reconhecimento da biografia e do projeto de vida dos alunos como base para a construção do conhecimento; e a concepção da interdisciplinaridade como estágio que antecede a transdisciplinaridade, estágio em que não há fronteiras entre as disciplinas.

A interdisciplinaridade é, portanto, uma metodologia que implica a unificação do conhecimento, a integração dos conteúdos, a superação da divisão entre ensino e pesquisa e de diferentes ciências e a visão de que a educação deve se dar de forma permanente.

Freire (1996), afirma que “ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática”. O processo de formação de professores, no entanto, tem se mostrado insuficiente para atingir o objetivo de tornar o processo de aprendizagem eficiente e significativo para o aluno.

Não basta, contudo, que o professor tenha domínio dos conteúdos que deverão ser transmitidos, é necessário que o processo educacional seja visto de forma holística

e que haja comprometimento com a melhoria das práticas pedagógicas. A mudança da prática educativa perante os desafios trazidos pela globalização é entendida como parte da conexão entre o aluno e o educador, pois cabe ao docente a mediação e a orientação pedagógica que lhe proporcionem uma aprendizagem efetiva.

Primeiros socorros nas escolas

Os acidentes são definidos pela Organização Mundial de Saúde como as lesões não intencionais decorrentes de eventos como atropelamentos, incidentes com passageiros de veículos e ciclistas, afogamentos, sufocação, engasgamentos, envenenamento e intoxicação, queimaduras, choques elétricos, disparos acidentais com arma de fogo, entre outros (OMS, 1995).

De acordo com dados da fundação Criança Segura (ISDE, 2014), os incidentes de trânsito são a principal causa de mortalidade decorrente de acidentes na primeira infância, enquanto as quedas são o motivo mais recorrente para as hospitalizações (cerca de 50%). O segundo motivo mais frequente são as queimaduras, responsáveis por 17% das hospitalizações. A pesquisa da fundação demonstrou, ainda, que a admissão em hospitais em razão de acidentes sobe à medida que a criança cresce. Isto ocorre em decorrência da tendência natural de diminuição dos cuidados e da maior exposição aos riscos de acidentes.

As quedas, por fazerem parte do desenvolvimento normal de toda criança, estão diretamente relacionadas ao seu crescimento e seu aprendizado, ligadas a incapacidade da percepção do risco e dos limites de seu corpo próprios desta faixa etária. Os acidentes com crianças nas escolas são resultado de diversos fatores, e estão ligados à sua falta de maturidade com relação às situações de risco e a sua maior vulnerabilidade a lesões (BLANK; LIBERAL, 2005). Por esta razão, é obrigação dos responsáveis pelo cuidado que propiciem um ambiente adequado ao seu desenvolvimento, da forma mais segura possível.

Os acidentes que acometem crianças e adolescentes, por seu alto índice de incidência e de consequências, apresentam-se como um destaque nas estatísticas relacionadas à morbimortalidade no país e no mundo, e por este motivo ensejam pesquisas e práticas para aplicação de ações educativas para sua prevenção

(OLIVEIRA, 2008). De acordo com Elgie; Sapien; Fullerton-Gleason (2005), os custos com serviços médicos decorrentes de traumas escolares giram em torno de U\$3,2 bilhões por ano nos EUA, onde 3,7 milhões de crianças são vítimas de acidentes com danos nas escolas.

O contexto atual é marcado pela inserção das crianças nos espaços escolares cada vez mais cedo, o que acaba por transferir parte da responsabilidade dos pais no processo de aprendizagem aos professores e funcionários da escola. A manutenção da saúde e da integridade das crianças é, portanto, um aspecto inerente ao desenvolvimento de suas atividades cotidianas, apesar de não receberem treinamento e capacitação específicos para esta atuação, em sua formação.

Para Vieira e et al. (2005, p. 79),

Espaços como a escola são ideais para fortalecer a implantação de “sementes” preventivas em relação aos acidentes com crianças e adolescentes, em um trabalho. Conjunto entre a saúde e a educação, pois, a escola tem papel fundamental na conscientização da criança quanto aos riscos que permeiam o domicílio e os mecanismos de evitá-lo.

As crianças encontram-se a todo o momento e em todas as etapas de seu crescimento sujeitas aos acidentes, como consequência da necessidade de vivência de novas experiências e de maior interação com o ambiente e a sociedade com o passar do tempo. No que se refere à escola, tal exposição pode representar uma preocupação tanto para os professores quanto para os familiares (FARIAS et al., 2004).

O treinamento de professores e profissionais, formal e continuado para garantir sua atualização, torna as crianças e adolescentes menos vulneráveis às sequelas decorrentes destes acidentes, uma vez que na maior parte do dia os mesmos encontram-se na escola.

Os professores são, muitas vezes, as pessoas com quem as crianças possuem maior contato e interação nas primeiras fases de seu desenvolvimento, marcadas pela incessante busca por novas descobertas e experiências. Destaca-se, portanto, a importância de seu papel na criação de um ambiente saudável na escola, não apenas promovendo ações para evitar e diminuir as situações de risco, mas também na atuação remediadora em situações de emergência.

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2003, p. 8)

Podemos definir primeiros socorros como sendo os cuidados imediatos que devem ser prestados rapidamente a uma pessoa, vítima de acidentes ou de mal súbito, cujo estado físico põe em perigo a sua vida, com o fim de manter as funções vitais e evitar o agravamento de suas condições, aplicando medidas e procedimentos até a chegada de assistência qualificada.

O atendimento às emergências na escola e o preparo dos profissionais da educação no cuidado para a manutenção da vida e da segurança nas escolas é recomendado por diversas instituições de saúde reconhecidas internacionalmente, como a American Academy of Pediatrics, bem como pela Organização Mundial da Saúde. Esta recomendação tem por objetivo incentivar a capacitação dos professores e funcionários das instituições de ensino, a fim de garantir às crianças e adolescentes uma assistência eficaz em casos de necessidade.

A responsabilidade dos educadores e funcionários que atuam na prestação de serviços de educação, sejam eles públicos ou privados, infelizmente só é percebida quando da ocorrência de algum problema grave, para o qual os mesmos não estavam preparados, o que pode gerar reflexos nas esferas cíveis e penais, como a obrigação de indenização e reparação de danos à integridade do aluno.

O dever de cuidado com as crianças e adolescentes abrange desde o transporte escolar, o período de permanência na escola, até o retorno à sua casa. Em todos estes momentos, pela própria natureza das interações destes indivíduos com o meio e com a sociedade, existe a iminência da ocorrência de acidentes. No ambiente escolar, especialmente, todo o aparato educacional deve estar preparado para tomar as devidas providências em situações de emergência.

Portanto, as situações de risco devem ser avaliadas com cautela pela escola e devem ser adotados procedimentos permanentes para o acompanhamento e proteção dos alunos, que englobem desde a prevenção e utilização de ferramentas para prevenir a ocorrência de acidentes até a atuação nas ocasiões em que exista esta necessidade.

O desenvolvimento de ações preventivas é de suma importância para a preservação da saúde e do bem-estar dos alunos no ambiente escolar, porém apenas a capacitação dos profissionais para a prestação de cuidados imediatos em caso de emergência é capaz de minimizar as consequências decorrentes da falta de

atendimento ou de atendimento inadequado aos acidentes mais comuns neste ambiente.

O treinamento dos educadores é a maneira mais eficaz de diminuir as consequências decorrentes de acidentes, uma vez que o mesmo trabalha em contato direto com os alunos na maior parte do tempo e provavelmente será ele quem irá se deparar com a situação de urgência (FARIAS et al., 2004).

Entretanto, a responsabilidade de garantir a segurança dos alunos é comum aos pais, aos professores e a toda a comunidade, de modo que a atuação conjunta com a dos profissionais de saúde em escolas e creches pode representar um papel de extrema relevância na prevenção de lesões (BRICCIUS; MUROFUSE, 2008).

Com relação ao oferecimento de cursos de primeiros socorros, o mesmo envolve o ensino de manobras e técnicas complexas que exigem o domínio do socorrista, sendo necessária a execução prática, simulações, aperfeiçoamento cognitivo e motor e mudanças de comportamento, reforçando a postura de prevenção e, caso necessário, preparo para agir com eficiência e rapidez na aplicação dos métodos ensinados.

A prática é, portanto, extremamente importante para o aprendizado, pois aprimora a capacidade de solução de problemas e a consciência crítica, além de reforçar a habilidade de aplicação das técnicas de primeiros socorros nas mais diversas situações às quais estão sujeitas as crianças e adolescentes no cotidiano escolar.

O desenvolvimento de um plano de capacitação dos profissionais, deste modo, é uma responsabilidade da escola para minimizar os possíveis impactos decorrentes das situações de emergência, na medida em que o preparo para atuação imediata e paliativa, até que seja possível o oferecimento de atendimento médico adequado e especializado, pode evitar, muitas vezes, um resultado fatal ou de graves sequelas.

A oferta de ferramentas que auxiliem os professores e profissionais que atuam nas escolas nesta tarefa, bem como o próprio curso de capacitação, deve enfatizar seu papel na proteção e no cuidado com as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, evitando situações e resultados negativos. Tais ferramentas podem ser desenvolvidas e aplicadas com eficiência pelos profissionais de enfermagem, numa atuação extensiva e interdisciplinar que reforça seu reconhecimento como indispensáveis à manutenção da saúde e da vida e seu papel na comunidade.

A redução das situações de risco depende, inicialmente, da identificação das principais causas de ocorrência de acidentes, que possibilita também que sejam adotadas estratégias para minimizar as principais complicações decorrentes dos traumas a que estão sujeitos os alunos no ambiente escolar.

A proteção e promoção do bem-estar e da saúde das crianças é mais que uma recomendação legal, é uma imposição constitucional reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelecem como prioridade o desenvolvimento de ações sociais, políticas e econômicas a fim de reduzir o risco de doenças e outros acidentes. O acesso a saúde, segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988), deve ser universal e igualitário, oferecendo atendimento integral e com incentivo de atividades preventivas, além dos serviços assistenciais.

Além disso, a convenção sobre direitos das crianças e adolescentes positivou o dever de todos os setores da sociedade, especialmente pais e responsáveis pelas crianças, de conhecerem os princípios básicos de saúde e as ações de prevenção de acidentes (FILÓCOMO et al., 2002).

As Secretarias Municipais de Saúde, em conjunto com as Secretarias de Educação, são encarregadas de desenvolver projetos e leis voltadas à atenção da saúde nas escolas, através da implantação de programas de atenção às crianças e adolescentes, no sistema de ensino público e privado, garantindo o atendimento integral, a prevenção e assistência em casos de acidentes ou outras intercorrências.

O desenvolvimento destes projetos deve englobar a discussão e o planejamento de ações interdisciplinares para promoção da saúde nas escolas, o que engloba o preparo para a prestação de primeiros socorros em casos de urgência, a partir de uma preparação teórica e prática dos profissionais da educação.

A partir da análise do Manual de Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros nas Escolas, desenvolvido pela Secretaria de Saúde do Município de São Paulo (SMS/PMSP, 2007), verificou-se a existência de diversas diretrizes para apoio e treinamento pelos profissionais da saúde, através da oferta do Curso de Orientação de Profissionais da Rede Municipal de Ensino em Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros nas Escolas. O Manual prevê também a constituição de um kit de primeiros socorros para todas as creches e escolas.

O projeto reflete a necessidade de diagnóstico das principais situações de risco e dos principais desafios dos professores em lidar com as situações de urgência, para propiciar sua atuação inicial com conhecimento e sem pânico diante do problema. A manipulação correta da vítima e a aplicação de técnicas adequadas podem, inclusive, diminuir os casos em que é necessário o atendimento médico de emergência.

Ainda, percebe-se em iniciativas desta natureza a oportunidade de extensão da atuação profissional do enfermeiro, que é incentivado a desenvolver diversas habilidades interdisciplinares e competências de atuação para além do atendimento hospitalar, causando um impacto positivo em sua formação acadêmica e profissional.

Neste sentido, o Projeto de Lei 9468/2018, que tramita no Senado, prevê que se tornem obrigatórias as noções de primeiros socorros para professores e profissionais do ensino infantil, de espaços de recreação, creches e escolas públicas e privadas de educação infantil e básica. O projeto pretende incentivar a capacitação em práticas básicas de primeiros atendimentos, através de cursos oferecidos anualmente para treinamento e atualização.

O objetivo da Lei ao instituir a obrigatoriedade de capacitação do corpo docente e funcional em noções de primeiros socorros é possibilitar que os profissionais saibam agir em casos de emergência enquanto não for possível o oferecimento de assistência médica. De acordo com esse Projeto de Lei, o descumprimento das exigências de treinamento terá como penalidade desde a advertência até a aplicação de multa, que poderá ser em dobro em caso de reincidência, além da cassação de alvará de funcionamento dos estabelecimentos privados e da responsabilização funcional e patrimonial dos estabelecimentos públicos.

Em consonância ao projeto, diversos estabelecimentos de ensino já oferecem cursos de primeiros socorros, com foco nos cuidados iniciais com as crianças em situações de emergência. Os cursos são ministrados por enfermeiros e por profissionais do Corpo de Bombeiros, ao longo de todo o ano letivo, e o objetivo é formar os professores para identificar e agir, preventivamente e em caso de necessidade, até a chegada da ajuda médica.

O PL, no entanto, encontrou resistência de alguns dos profissionais envolvidos, como do coordenador-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em

Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), Gilson Reis, que destacou o fato de que o profissional da saúde tem uma formação diferente da dos professores e funcionários das escolas, e que não lhes devem ser atribuídas responsabilidades para os quais não estão preparados. Segundo ele, o conhecimento em primeiros socorros é importante, mas deve ser formulado com a participação dos envolvidos e com cuidado sobre os conteúdos oferecidos.

Os favoráveis à medida, entretanto, afirmam que a intenção não é a de transferir a responsabilidade aos professores, mas sim impedir que situações que podem ser tratadas com medidas simples de ação imediata se tornem um quadro de lesão severa ou morte, pelo simples despreparo da equipe de educação.

Neste sentido, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2003, p. 65), “Devido às circunstâncias em que muitas emergências ocorrem, é importante que estejamos capacitados a tomar decisões corretas e saiba improvisar os materiais necessários à sua ação, a partir dos recursos disponíveis no local da ocorrência”.

A partir da análise de recentes propostas legais e da construção teórica sobre o tema, identificou-se a necessidade de construção de práticas inovadoras voltadas para a efetividade da capacitação dos profissionais nas escolas para minimizar os problemas e sequelas decorrentes dos principais acidentes e emergências aos quais estão sujeitos no dia a dia das escolas.

Considerações finais

Deve-se, sobretudo, fazer a correspondência dos objetivos propostos com os objetivos alcançados; indicar novos estudos para serem realizados em trabalhos futuros, de modo a dar continuidade ao trabalho em questão; expor a relevância da investigação realizada. O trabalho docente engloba, além de dedicação e habilidade, um conjunto de ferramentas que possibilitem sua formação específica e o desenvolvimento de técnicas didáticas atualizadas e interdisciplinares, em razão da constante evolução vivenciada pelo ambiente escolar e pela sociedade.

Desta forma, críticas são apresentadas quanto ao processo clássico de ensino em sala de aula, baseado unicamente no uso de livros didáticos e instrumentos educacionais padronizados de ensino e avaliação. A educação efetiva, portanto,

depende da aplicação de um novo modelo pedagógico.

A mudança da realidade depende da profissionalização do ofício de ensinar, da criação de métodos que envolvam pesquisas inclusivas, realizadas em conjunto por professores e alunos, e da capacidade de nutrir nos estudantes o perfil de pesquisadores, facilitando seu pensamento crítico e senso criativo, bem como proporcionar o aumento de seu interesse pela leitura e pelo diálogo.

O exercício da função de professor demanda constante formação, além de uma personalidade segura, pois atua em contato direto com a infância e a adolescência e tem parte da responsabilidade de guiar estes jovens pelo caminho das descobertas e dos conhecimentos que os levam a evolução.

O fazer pedagógico tem experimentado diversas transformações e está em constante evolução, de modo que o acompanhamento individual dos alunos e a adoção de intervenções pedagógicas pautadas por instrumentos eficientes de planejamento e avaliação passaram a ser reconhecidos como as ferramentas mais adequadas para a promoção de seu desenvolvimento intelectual e social e, estão por isso mesmo, vinculadas à necessidade de formar os professores para o atendimento de primeiros socorros nas escolas, uma vez que no contexto escolar podem acontecer diferentes formas de acidentes.

Referências

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BLANK, Danilo; LIBERAL, Edson. Ferreira. O pediatra e as causas externas de morbimortalidade. **Jornal de Pediatria**, v. 8, n. 5, p.119-122, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa01.pdf> Acesso em 24 out. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 9.394/96**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm Acesso em 24 out. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 13005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 24 out. 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual de Primeiros Socorros**. Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRICCIUS, Márcio; MUROFUSE, Neide Tiemi. Atendimento de crianças realizado pelo SIATE de Cascavel no ano de 2004. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 10, n. 1, p. 152-166, 2008. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/revista/v10/n1/pdf/v10n1a14.pdf> Acesso em 24 out. 2017.

DOURADO, Luis Fernando. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educ. Soc. [on-line]**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, abr.-jun. 2015.

ELGIE, R.; SAPIEN, R. E.; FULLERTON-GLEASON, L. The New Mexico School Nurse and Emergency Medical Services Emergency Preparedness Course: Program Description and Evaluation. **The Journal of School Nursing**, v. 21, n. 4, p. 218-223, 2005.

FARIAS, G.M. et al. Conhecimento dos professores sobre o atendimento de urgência no recinto escolar análise em duas escolas da grande Natal, RN. In: XX ENCONTRO DE ENFERMAGEM DO NORDESTE, XX e IV SEMINÁRIO DE PESQUISA DA RENÉ. **Anais [...]**. Natal, 2004.

FAZENDA, I. C. A. Reler Paulo Freire à luz da autonomia na interdisciplinaridade. **Revista Interdisciplinaridade**, n. 7, 2015.

FILÓCOMO, F. R. F. et al. Estudo dos acidentes na infância em um pronto socorro pediátrico. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 10, n. 1, p. 41-47, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692002000100007 Acesso em: 27. Out. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 20. ed. Editora Paz e Terra. São Paulo, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Interdisciplinaridade: atitude e método**. 1999. Disponível em: <http://docplayer.com.br/12565052-Interdisciplinaridade-atitude-e-metodo.html>. Acesso em 15 dez. 2018.

GAUTHIER, Clermont et al. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

IESDE Brasil S.A. Programa criança segura na escola. Livro dos Professores. Curitiba, 2014. v. 2.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, R. A. **Comportamentos de risco para acidentes em playgrounds: identificação e opiniões de profissionais da educação infantil**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2008.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Susskind. História da enfermagem: ensino, pesquisa e interdisciplinaridade. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 532-538. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452006000300024&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 25 mar. 2019.

SÃO PAULO. Secretaria da Saúde. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde. **Manual de prevenção de acidentes e primeiros socorros nas escolas**. São Paulo: SMS, 2007.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, n. 13, jan/fev/mar/abr 2000.

VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza et al. O lúdico na prevenção de acidentes em crianças de 4 a 6 anos. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 18, n. 2, p. 78-84, 2005. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/910> Acesso em: 12 mar. 2018.

Submissão: Mar. 2020
Aprovado: Maio 2020